

Coordenação

Maria de Fátima Lorena de Oliveira

Maria Leonor da Silva Carvalho



ESADR 2016

Políticas Públicas para a Agricultura pós 2020

Atas do Congresso

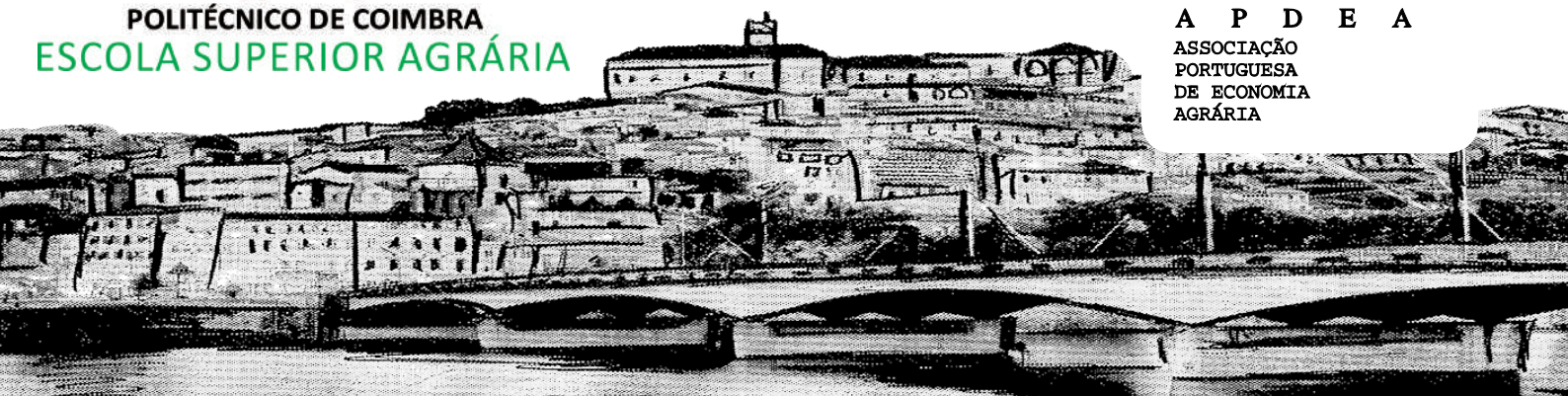
ISBN 978-972-8552-06-0



POLITÉCNICO DE COIMBRA
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA



A P D E A
ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE ECONOMIA
AGRÁRIA



AJURI – PROCESSO E VALORIZAÇÃO DO SABER TRADICIONAL AMAZÔNICO

MARIA ISABEL DE ARAÚJO

Instituto Federal de Educação do Amazonas - IFAM/CMZL. miar@terra.com.br.
Manaus, AM. Brasil.

GLÁUCIO CAMPOS GOMES DE MATOS

Universidade Federal do Amazonas – UFAM. glauciocampos@bol.com.br
Manaus, AM. Brasil.

SILAS GARCIA AQUINO DE SOUSA

Embrapa Amazônia Ocidental. silas.garcia@embrapa.br
Manaus, AM. Brasil.

RESUMO

Detentora de uma rica biodiversidade a região amazônica garante a subsistência e contribui com a renda familiar das populações tradicionais, revelando uma diversidade multicultural de símbolos e significados na hinterlândia amazônica. Neste espaço agroalimentar, o saber-fazer está presente nas práticas sociais, no manejo e cultivos da produção agrícola, através das formações sociais e coletivas que denominam de ajuri. Utilizou-se na pesquisa o método pesquisa-ação nas comunidades rurais do entorno de Manaus. Os resultados indicam uma valorização nas relações processo de ajuris aliados aos saberes tradicionais, com melhoria da qualidade de vida social e ambiental. Conclui-se que a troca de experiências e saberes tradicionais processados nos ajuris têm sido usados como processo e valorização da ecologia dos saberes tradicional e na defesa da pluralidade multicultural do homem amazônico.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Ajuri. Multiculturalismo.

ABSTRACT

Holding a rich biodiversity, the amazon region ensures the livelihood and contributes with the family income of the traditional populations, revealing a multicultural diversity of symbols and meanings in the hinterland of the Amazon. In this agri-food space, the know-how is present in the social practices, in the management and cropping of the agricultural production, through the social and collective formations called "ajuri". It was used in the survey the research-action method in the rural communities in the vicinity of Manaus. The results indicate a valorization in the process relations of "ajuris" allied to the traditional knowledge, with improvement of the social and environmental quality of life. It is concluded that the exchange of experiences and traditional knowledge processed in the "ajuris" have been used as process and valorization of the ecology of the traditional knowledge and to protect the Amazonian man's multicultural plurality.

Keywords: Family agriculture. Ajuri. Multiculturalism.



INTRODUÇÃO

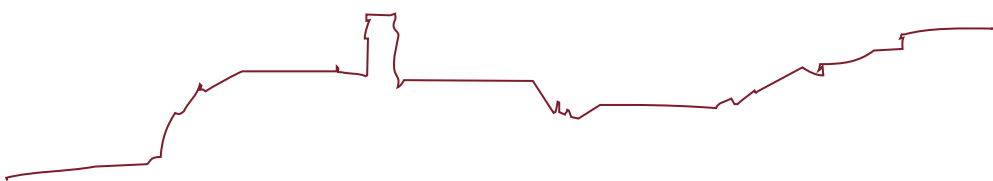
A biodiversidade da região amazônica compreende distintos ecossistemas formando uma rica paisagem, com florestas de terra firme, de igapó, várzeas, campina, campinarana e savanas. Compondo este complexo ambiente estão os povos tradicionais, caboclos, ribeirinhos e novos imigrantes, habitantes da hinterlândia amazônica (Figura 1) em meio às florestas e rios, que interativamente convivem nessas paisagens, fazendo desta, sua existência, com o manejo dos recursos naturais e conservação ambiental dos diferentes ecossistemas amazônica. (ARAÚJO, 2015, p. 7).



Figura 1: Hinterlândia amazônica.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2013).

De modo geral esta paisagem se modifica com o modo de vida das populações tradicionais da hinterlândia amazônica, onde a cultura indígena, dos imigrantes do alémar, nordestina e cabocla se que misturam, criando uma diversidade multicultural agroalimentar, aprendidos de modo singular, no mundo simbólico de acordo com seus costumes e saberes, cultivando, colhendo, manejando e preservando o meio ambiente a biodiversidade amazônica como garantia de sobrevivência.

Todo esse processo é sempre determinado pela transmissão do conhecimento de uma geração a outra, principalmente em relação à conservação, valorização e formas de organização de sua cultura tradicional, constituídas por uma diversidade de atores sociais tais como: indígenas, populações tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, caboclos, pescadores, seringueiros, extrativistas, castanheiros entre outros, cujas mobilizações sociais objetivam garantir o reconhecimento de suas identidades étnicas e culturais, bem como, o fortalecimento da identidade cultural coletiva.



O processo de ocupação e organização territorial dos atores sociais que vivem na hinterlândia amazônica, formado por agrupamentos comunitários, constituídos por varias famílias, coexistindo com o meio ambiente amazônico, em geral suas residências estão localizadas em áreas de terra firme (porção de terras altas que não alagam no período da enchente dos rios ou durante as chuvas, com enorme diversidade de espécies madeireiras, comestíveis, oleaginosas, medicinais, corantes, apresenta vários tipos de vegetação (Figura 2) caracterizada por diferentes estruturas de 60 m de área basal e diferentes alturas da composição da fitossociologia florestal da Floresta Ombrófila Densa da região tropical.



Figura 2: Vegetação de áreas de terra firme.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2013).

Ou em terras de várzeas (Figura 3) as margens dos rios e lagos.



Figura 3: Paisagens das áreas de várzeas.
Fonte: Acervo de SOUSA, S. G. A. (2013).

As populações tradicionais ribeirinhas possuem um profundo conhecimento em relação ao uso do solo, da fauna, da flora, inclusive da influência dos fenômenos



naturais *El Niño* e *La Niña*, que ocorrem na região, ocasionando alterações na rede hidroclimática nos rios amazônicos como: à cheia (Figura 4), vazante, seca e repiquete dos rios; possuem conhecimento etnobotânicos, utilizando a flora medicinal para a cura das doenças endêmicas, o saber da técnica da pesca, da época da piracema, da forma de construção das casas, do abrigo para a canoa, do preparo das comidas, do plantio e a colheita das lavouras.

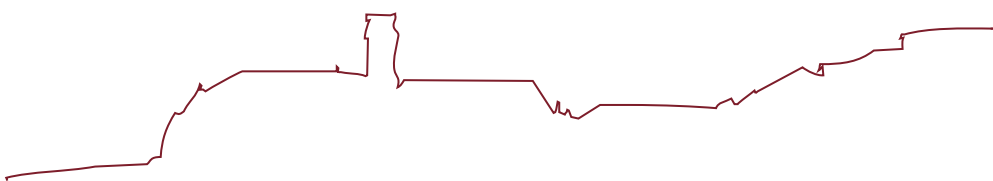


Figura 4: Cheia do rio Amazonas.
Fonte: Acervo de BATATA, Chico. (2015).

Constata-se assim, que as populações tradicionais habitantes do ecossistema de várzea e terra firme da hinterlândia amazônica (Figura 5), além das alterações no cenário ambiental, apresentam adaptações/modificações aliada aos tradicionais procedimentos no uso e manejo do sistema produtivo agrícola, corroborando uma integração saudável no agrossistemas, favorável a sustentabilidade econômica nas relações produção, ambiente e o homem.



Figura 5: habitantes do ecossistema de várzea e terras altas da Amazônia.
Fonte: Acervo de SOUSA, S. G. A. (2014).



Realizou-se a presente pesquisa na Região Metropolitana de Manaus – RMM, composta por oito municípios do Estado do Amazonas: Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva com uma área de 101.475 km².

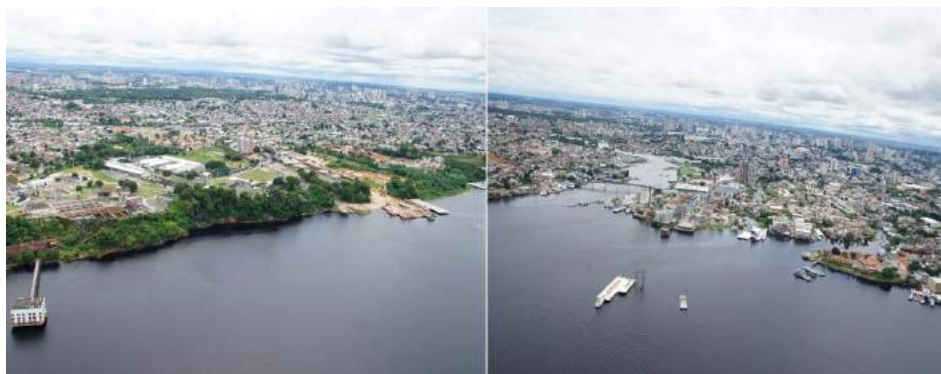


Figura 6: Vista aérea de Manaus.

Fonte: Acervo de SOUSA, S. G. A. (2014).

Neste espaço amazônico, revelam-se distintos grupos sociais, cada um com finalidades e intenções distintas uma das outras, contudo as significações que os grupos sociais lhes atribuem, reduzem-se na distinção entre identidade social e identidade discursiva revelados nas ações diárias sobre os mais diversos aspectos da realidade local de cada comunidade, fortalecidos no processo da preservação da cultura, na conservação ambiental, na sustentabilidade da produção e consumo alimentar.

Nos diversos grupos sociais existe diferentes interações, sejam nas atividades sociais, econômicas e ambientais, com alternativa de participação comunitária e democrática para garantia dos direitos de cidadania, no manejo e conservação da biodiversidade, e na garantia de direitos da soberania e segurança alimentar, influenciados pelo multiculturalismo¹ do “fazer coletivo”.

Todos esses processos advindos desta forma, a partir das necessidades de superação aos desafios locais, constituem uma nova forma de organização comunitária, objetivando o bem estar social, econômico e ambiental, denominado de ‘Ajuri’.

¹ (FORNET-BETANCOURT, apud DAMÁZIO, 2008). O multiculturalismo descreve a realidade fática da presença de várias culturas no seio de uma mesma sociedade, designa uma estratégia política liberal que visa a manter a assimetria do poder entre as culturas, posto que defende o respeito às diferenças culturais, mas não coloca em questão o marco estabelecido pela ordem cultural hegemônica.



O termo “ajuri” do vernáculo amazônico significa “eu vim ajudar”. AIURI – Ajuda mútua, mutirão, ajuri, putirum, putirão e puxirum, etc. Embora a palavra mutirão tenha sido consagrada pela preferencia popular, há quase uma centena de sinônimos, considerando as varias regiões brasileiras. Ajuntamento, reunião. tim.: Do tupi ‘A’ = eu, e ‘iúri’, vem, vir. (MELLO, 1983, p. 22).

Araújo et al., (2016), explica que nesta síntese, o termo ‘ajuri’, na cultura amazônica expressa um conceito bem definido, marcado por uma relação de mútua integração homem natureza, vivenciado em função das atividades agrícolas, do extrativismo vegetal e animal, presentes nas relações de trabalho que priorizam os saberes e práticas oriundas dos conhecimentos praticados no roçado, na feitura das casas, nas festas entre outras atividades no campo.

Segundo Fraxe (2004, p. 73), ajuri é uma prática habitual e faz parte da tradição da comunidade rural e marca a oposição entre o ontem, quando esse tipo de organização, de ajuda mútua no trabalho do roçado era mais frequente, e o hoje, caracterizado pela diminuição dessa prática.

Matos (2008, 2015, p. 209 - 229), em sua pesquisa de campo em comunidades rurais no baixo Amazonas, destaca o ajuri, puxirum ou mutirão, como *habitus* amazônico. O autor evidencia que o amazônida está adaptado ao clima quente e úmido e na prática do ajuri, em períodos de julho a outubro, período de estiagem na região, desenvolve esforço de baixo a moderada intensidade. Especificamente no plantio da roça, o autor frisa a participação de homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e anciões, desempenhando suas funções específicas. Assim, retrata o que ele denominou de *figuração do puxirum*, ajuri ou mutirão: *responsável pela alimentação* (anfitrião); *cozinheiras*; *cortadores* de maniva (geralmente pessoas de mais idade que não precisam fazer muito esforço físico); *cavadores*, jovens de maior resistência física devido a exigência do esforço na função; *plantadoras*; *maniveiros*, que são os distribuidores de maniva; *aguadeiras*, responsáveis em fornecer água aos participantes, que contribui para a termo regulação corporal; *carregador de água*; *carregador* de maniva. Matos revela que no puxirum, a relação de interdependência, os bons laços de amizade e compadrio, permitem o desenvolvimento da atividade de forma mais descontraída.

Segundo Pierre Bourdieu (1983, p. 11), a prática social do agricultor é uma relação dialética entre a situação concreta e o *Habitus*, entendido este como um



conjunto de pré-disposições historicamente estruturadas a partir da trajetória particular de cada agente.

Em Norbert Elias (1980) vemos que para se entender a sociedade, faz necessário desprendermos da concepção atomizada de indivíduo de um lado e sociedade do outro, formando um abismo invisível e intransponível. O autor destaca que “modelo de senso comum que hoje domina a nossa própria experiência ou a dos outros, a relação com a sociedade é ingenuamente egocêntrica.” (p.14). Elias (1980) propõem o conceito de configuração, o qual ameniza tal concepção e nos proporciona um outro entendimento de sociedade, isto é, que as pessoas vivem em relação de interdependência funcional umas com as outras. Matos (2015), mostra em seu trabalho de campo, como essa percepção de interdependência é melhor identificada em sociedades rurais mais simples, ao registrar a atividade de ajuri.

Na concepção de Norbert Elias (1980, p. 15), configuração se refere:

“as pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados”. Cada uma dessas pessoas constitui um ego, uma pessoa, como se diz muitas vezes numa linguagem de natureza reificante e coercitiva. Entre estas pessoas colocamo-nos nós próprios. (p.15)

O conceito de configuração reforça que nenhuma forma de organização, qualquer que seja sua estrutura ou natureza, poderá trabalhar individualmente na construção social.

O querer e o fazer para o bem comum são comportamentos e condutas sociais realizadas individualmente e não podem ser deixadas de lado para se compreender a configuração social, visto que trazem um sentido preciso, que os distingue nas suas relações de construção social.

Neste sentido o ‘ajuri’, enquanto processo coletivo valoriza o saber tradicional amazônico no espaço agroalimentar, e em muitos outros, o saber-fazer está presente nas práticas sociais, no manejo e cultivos da produção agrícola, através das formações sociais e coletivas.

Destacam-se assim as experiências de ‘ajuri’ desenvolvida nas comunidades periurbanas (Figura 07) e ribeirinhas no ecossistema de várzea e terra firme da Região Metropolitana de Manaus – RMM, (Ramal do Banco e da Cachoeira, município de Rio



Preto da Eva, Tarumã Mirim, Ramal do Brasileirinho, entorno do município de Manaus e na comunidade Vila Aurora no Careiro da Várzea).



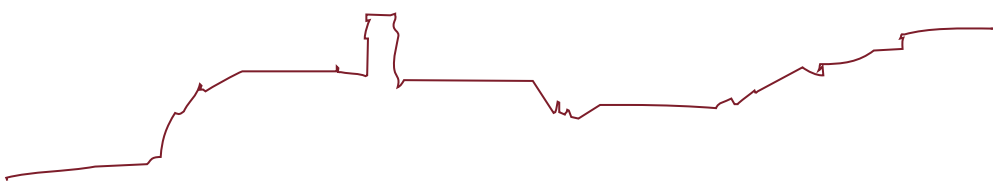
Figura 7: Ajuri em comunidades periurbanas.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I de. (2016).

METODOLOGIA

A metodologia que norteou o presente estudo buscou reforço teórico na literatura sobre o tema abordado: AJURI – Processo e valorização do saber tradicional amazônico. Para atender ao tema, caracterizou-se o presente na abordagem do método pesquisa-ação qualitativa. De forma a inteirar a pesquisa, utilizou-se material da pesquisa etnográfica, tendo como técnica e ferramentas, pesquisa de campo e documental com embasamento bibliográfico, a observação participante, formulários, entrevistas sobre a história de vida dos sujeitos pesquisados, objetivando-se compreender os aspectos simbólicos da organização e formação do processo de ‘ajuri’ junto aos comunitários agricultores familiares e suas reflexões a respeito dos saberes e experienciais locais relacionadas ao espaço social e agroalimentar.

Com abordagem crítica e coleta de dados em visita e práticas de campo *in loco*, a pesquisa se estendeu no período de 03 a 10/2015, envolvendo ações conjuntas entre os agricultores familiares e pesquisadores em seis comunidades da Região Metropolitana de Manaus – RMM² (Figura 8), sendo duas comunidades no município de Rio Preto da Eva (Ramal do Banco e da Cachoeira); duas no entorno do município de Manaus

² A Região Metropolitana de Manaus foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 52 de 30 de maio de 2007, composta por oito (80) municípios (Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, e Rio Preto da Eva), no sentido de integrar novas formas de desenvolvimento à região com uma área total de 101 475,124 km².



(Tarumã e Ramal do Brasileirinho); uma no município de Iranduba (Casa Blanca) e na comunidade Vila Aurora no município do Careiro da Várzea.



Figura 8: Região Metropolitana de Manaus – RMM.

Fonte: SRMM – Secretaria da Região Metropolitana de Manaus. (2010).

Os desafios apresentados encontram raízes não apenas no estudo teórico do tema, cuja intenção não é analisar a complexidade do tema proposto, apenas discorrer, bem como sugerir caminhos possíveis na condução de pesquisas com tal perfil.

A análise sob o método pesquisa-ação etnográfica seguiu na projeção da educação ambiental contextualizada. Propõe-se deste modo enfatizar as abordagens integradoras e participativas dos sujeitos, articulada de saberes e fazeres, uma reflexão crítica sobre as práticas socioambientais educativas de caráter coletivo e colaborativo, que se têm revelado como importante processo na produção de uma cultura de diálogo, participação, mobilização e de potência de ação entre os sujeitos que compõem o ajuri na realização das ações apresentadas como solução dos problemas comuns entre os diversos sujeitos que compõem o coletivo ajuri, bem como as tomadas de decisões programadas, que conduzem a suprir necessidades individuais de um dos membros do grupo do ajuri, ou coletiva, os quais os nutrem mutuamente.

Para Thiolent (2004 p.13) a metodologia da pesquisa-ação se define:

... como sendo uma pesquisa social, com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Compreende-se assim, que na pesquisa-ação as intervenções e a produção do conhecimento se inter-relacionam em função dos interesses e necessidades encontradas, sendo que as partes envolvidas na situação precisam ser investigada e consultadas, visto



que, pesquisadores e atores sociais desenvolvem um processo coletivo de aprendizagem, cujos resultados ao final oferecerão a todos novos ensinamentos.

Segundo Pimenta (2005) na pesquisa-ação os sujeitos envolvidos em determinada problemática constituem um grupo com objetivos comuns, qual assumem papéis diversos, inclusive o de pesquisadores.

Reforça Tozoni-Reis (2007, p. 145) que a articulação entre a pesquisa e a educação é uma das características mais importantes da pesquisa-ação, onde a troca de conhecimentos possibilitada pelo processo de participação ocorrerá não apenas por meio dos conhecimentos já existentes, mas contribuirá para a produção de novos saberes.

Versa ainda o citado autor:

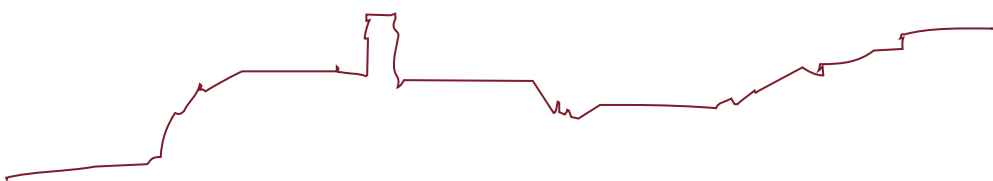
Se a educação ambiental é uma estratégia de intervenção social, cuja meta está à transformação das ações dos indivíduos no ambiente, levando em conta o caráter histórico e social dessas intervenções, a pesquisa em educação ambiental refere-se a fenômenos humanos e sociais históricos e culturais que não podem ser medidos apenas quantitativamente, mas compreendidos em sua totalidade e complexidade, interpretados e analisados sob a ótica qualitativa (TOZONI-REIS, 2007, p. 14).

Assim, ao nos apropriarmos dos procedimentos etnográficos pudemos captar o conhecimento tradicional, aliado ao valor socioeconômico, cultural e ambiental, já reproduzido por diversos autores considerados neste estudo, partindo dos hábitos, crenças, mitos e conhecimentos do senso comum, considerando a aprendizagem referente à organização do trabalho, da produção e manejo dos sistemas de cultivo, dos hábitos e costumes da cultura local e sua maneira de lidar nos ajuri.

Segundo Geertz (1989) apud Matos (2015, p. 77), pergunta:

“O que faz o etnógrafo? Ele escreve, observa, registra, analisa.” E o que vem ser etnografia? É uma descrição densa, cujo etnógrafo deve, [...] “em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro, entrevistar informantes, observar, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedades, fazer o censo doméstico” [...] “escrever seu diário”.

Em síntese, este estudo traz visibilidade ao processo do ajuri, cujas reflexões do pesquisador e dos sujeitos pesquisados são coerentes com a perspectiva crítica e emancipatória da Educação Ambiental não apenas como cultura, mas sim como símbolo, carregados de sentimento de pertença.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se buscar identificar o significado do ‘ajuri’ junto às populações tradicionais da hinterlândia amazônica, percebe-se que este processo de ajuda mutua, é caracterizado no processo de tomada de decisões pelo envolvimento do grupo social, revelados na diversidade multicultural de símbolos e significados sejam nas práticas agroecológicas (Figura 9), manejo da agricultura familiar, no contexto social das festas religiosas, culturais, políticas, populares e no econômico da renda familiar dos comunitários.



Figura 9: Ajuri práticas agroecológicas.

Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A. de. 2015

Corroborando Araújo (2015), descreve que o ajuri, em muitas localidades, embora com nomes diferentes, dada a multiculturalidade observada, é reconhecida pelos comunitários como sendo a mesma prática, onde todos buscam a reunião, a junção de forças, para realizar o trabalho em favor do bem comum, benefício para toda a coletividade.

O ajuri é uma prática comum na hinterlândia amazônica, reconhecida como um processo, enquanto uma metodologia ou formas de proceder³, ou seja: o modo de fazer, os saberes fazeres, os vínculos territoriais, a tradição, etc...

Relacionados com o espaço dos sujeitos, não somente o espaço físico, mas o constituído socialmente de símbolos e práticas comunitárias, entrelaçando de saberes

³ (MARQUES, 2009: 33) “proceder é a espacialidade “convívio-seguro” reservados nos debates coletivos, processados na divisão moral a partir da dizibilidade “proceder” que se opera justaposta uma divisão espacial “convívio-seguro” um movimento sincronizado entre dois estratos, um ‘dizível’ e outro ‘visível’ profundamente conectados, não verificados em lugar algum, senão nos pontos de vistas”.



tradicionais que agregam no desenvolvimento comunitário local, quais são atributos da tipicidade de cada localidade (comunidade) e não de territorialidade, expressas nas ações do trabalho coletivo, imbricado nas relações sociais, econômicas e ambientais dos sujeitos participantes.

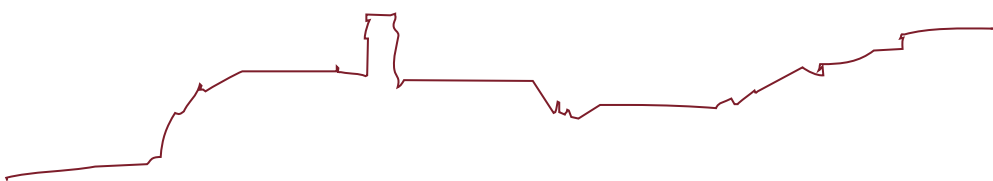
Neste interregno, as trocas de experiências entre agricultores, pesquisadores e técnicos em rodadas de conversa, visitas técnicas, formam a base do ajuri, agregando valores da educação ambiental. Ainda em suporte ao termo do processo de ajuri, invoca-se Torres (2005), com seus postulados sobre ajuri:

Constitui-se numa prática social assaz antiga na Amazônia. Trata-se de uma prática que mobiliza várias pessoas como os vizinhos, amigos, compadres, comadres e conhecidos que prestam ajuda para salvar a roça de uma outra família que não possui mão de obra suficiente para dar conta da produção de determinado período... Identificamos nesta prática de ajuda mútua fortes laços de solidariedade e cooperação entre as famílias da comunidade...

Entendemos que os desafios impostos aos agricultores familiares da hinterlândia amazônica, nas formas como são gerenciados o processo de ajuri contribuem no desenho de novos sistemas de produção e também no manejo da paisagem, especialmente no que tange à problemática da sustentabilidade ambiental e da ausência de políticas públicas (responsabilidade do Estado ou que deveriam ser), por conduta omissa em certas situações dos gestores, cujos projetos não alcançam os resultados esperados, em face de não serem monitorados e finalizados.

O ajuri cumpre neste contexto, diversas funções sociais, sendo que tais funções não estão atreladas a concepções políticas, ideológicas e religiosas. Os sujeitos constituídos nas organizações sociais de ajuri facilitam a ação de cooperação em benefício mútuo, considerando que este processo proporciona um trabalho em conjunto muito mais fácil para qualquer atividade da comunidade.

Ou seja, pela relevância da temática que em tempos de discussões relacionadas às questões socioambientais diante dos trabalhos investigados sob um clima de niilismo e de desesperança, ancoradas pela lógica dominante que não são amparadas na ética da sustentabilidade, percebe-se que os projetos elaborados e apresentados pelas políticas públicas, sob a ótica da sustentabilidade são "para" as comunidades, e não "com" as comunidades de igual forma não atendem as especificidades de cada região, notadamente do complexo ambiente biodinâmico da região amazônica.



Evidencia-se na presente, mesmo não sendo circunscrita no processo de ajuri a Educação Ambiental, manifestada nos diferentes campos de saberes e ações de ajuri, de forma vasta e plural com múltiplos focos em consonância com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) a partir dos temas transversais.

Destaca-se neste sentido a problematização do papel dos educadores ambientais na lisura dos projetos agroflorestais (Sistema SAF) aliados às diversas práxis educativas, respaldada na percepção com um olhar interdisciplinar amparada na ecologia ambiental e do processo de ajuri. Remete-se neste contexto à necessidade de se promover maior articulação entre a prática e a teoria na produção do conhecimento e solução de problemas da produção agroalimentar, com baixo impacto negativo ambiental, levantados durante o planejamento e execução dos ajuris.

Para enriquecer a discussão elencamos as práticas comuns de ajuri nas comunidades pesquisadas segundo Araújo *et al.*, (2016): Os principais ajuris identificados foram:

- 1) Ajuri Agrícola (Figura 10) - é realizado quando se necessita implantar os roçados, fazer a destoca, capina, desmanche de roça, adubação, etc.;



Figura 10: Ajuri agrícola.

Fonte: Acervo de SOUSA, S. G. A. de. 2015.

- 2) Ajuri de Comida - onde as pessoas se reúnem para cozinhar e alimentar as pessoas que vão trabalhar nos ajuris agendados;
- 3) Ajuri de Trabalho (Figura 11) - é promovido quando alguma ação é elencada pela comunidade como prioritária e necessita do esforço conjunto. Geralmente, é algo que ainda não havia na comunidade e deve ser implantado, como colocação de postes, abertura e recuperação de estradas, etc.;



Figura 11: Ajuri de trabalho.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. de. 2015

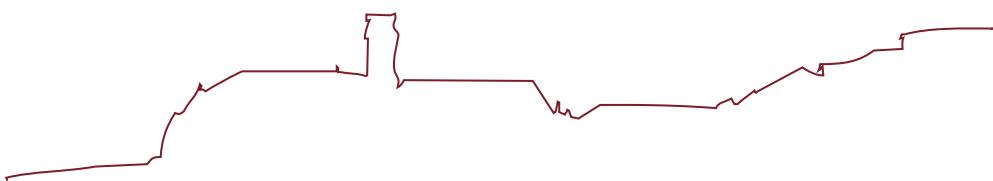
- 4) Ajuri Social (Figura 12) - quando ocorre o trabalho coletivo para arrecadar recursos financeiros, geralmente em determinados festejos na comunidade ou fora dela, para a aquisição de algum bem necessário para a coletividade, como bomba de água, caixa de água, fiação, etc.;



Figura 12: Ajuri social.
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. de. 2015.

- 5) Ajuri Comunitário (Figura 13) - é realizado quando já existe o bem na comunidade e é necessário que seja realizado algum reparo ou mesmo reconstrução, como consertos de telhado, troca da madeira das paredes da associação, conservação das estradas, etc.

Dentro da perspectiva, do processo de ajuri, em que pese às divisões de trabalho e responsabilidade, todos são responsáveis e corresponsáveis nas diversas atividades realizadas dentro de uma programação alternativa e espontânea, que se caracteriza pela



proposta de participação de todos os sujeitos da comunidade, na construção do bem comum social, econômico e ambiental.



Figura 13: Ajuri comunitário.

Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. de. 2015.

Vale ressaltar que na coleta de dados em nenhum momento se desejou fazer uma prova de conteúdo, muito menos analisar a forma correta da divisão do trabalho, igualmente não se questionou os sujeitos entrevistados quem exercia as melhores atividades.

No decorrer da pesquisa, conforme se verifica na metodologia proposta, detectou-se que as ações coletivas de ajuri ocorrem por meio do conhecimento coletivo, da vivência e convivência com o ambiente, aliado a troca de conhecimentos com o público externo da comunidade, entre eles os técnicos de ATER (Assistência Técnica de extensão Rural), pesquisadores, professores e outros agentes sociais e econômicos que fazem partes das relações externas da comunidade, aprendizagem esta decorrentes do senso comum tradicional, pautada em atitudes éticas, étnicas, sociais e políticas que foram apropriadas pelas famílias comunitárias, proporcionando melhoria na prática cidadã com a comunidade.

Pode-se dizer que os ‘Ajuris’ são amparados no desenvolvimento de valores interpessoais, nos diversos ambientes naturais, na valorização da agrobiodiversidade, nos hábitos alimentares e de saúde, os quais foram incorporados pelas comunidades.

Neste contexto, a Educação Ambiental, no processo do ajuri, contribui para à formação do processo civilizador social entre os seres humanos junto às comunidades na qual estão inseridos, em uma busca incessante, no sentindo mais amplo, pelo conhecimento científico, objetivando a divulgação de respostas, soluções as diversas



indagações, procurando saber como, porque e o motivo que as coisas aconteceram, estabelecendo relações de causa e efeito, fazendo comparações, transformado o saber tradicional como foco de formação acadêmica em nosso meio ambiente.

Os resultados apontam que o ‘ajuri’ rerepresenta tudo aquilo que pode ser feito coletivamente para o desenvolvimento dos seres humanos em comunidade e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidade, caracterizadas como a soma das condições ambientais, físicas, edáficas, químicas, aéreas, hídricas e climáticas que atuam sobre os seres humanos.

No processo de Educação Ambiental, no ajuris, os participantes assimilam e adquirem conhecimentos desenvolvidos na tradição cultural de cada um dos partícipes do ajuri, conservados tradicionalmente e materializadas em uma série de valores simbólicos e habilitados, aprendido de gerações anteriores as suas formações sociais, ambientais, culturais e econômica, que ocasionaram indeléveis mudanças nos indivíduos.

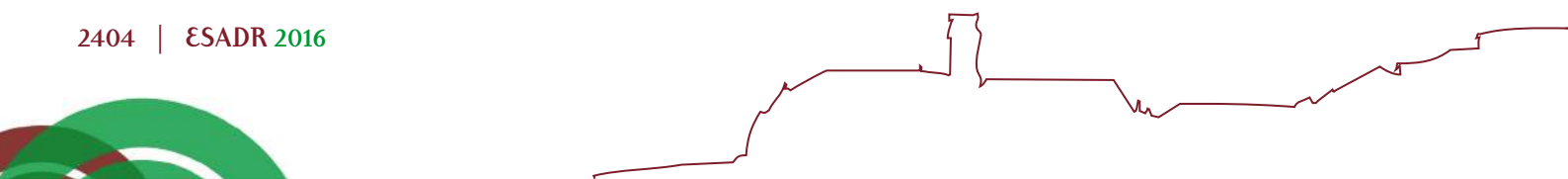
Embasado nos pressuposto de Norbert Elias (1994a), do que ele considera de *habitus* social, compreende-se que de acordo com o grau de sustentabilidade alcançado esses valores podem durar a vida toda ou apenas um período de tempo determinado capaz de transformar, sensibilizar, influenciar o espaço social no qual estão inseridos.

Sendo assim, o processo de ‘ajuri’ como Educação Ambiental pode ser trabalhado nos mais diversos ambientes, aliados aos questionamentos, propostas, inquietações e soluções que podem e devem ser adotadas.

A questão é: Quais mudanças são mais necessárias para transformar e melhorar o ambiente comunitário? No processo de ação coletiva, sabe-se que não existe primazia de um saber sobre o outro nas experiências individuais, porem elas não perdem suas identidades, vão ganhando saberes na troca permanente de informações, experiências e conhecimentos gerados ao longo de suas vivencia e convivências em comunidades.

Assim, as melhorias para o ambiente comunitário são aquelas propostas de ações tomadas durante o processo de planejamento e execução do trabalho coletivo, a exemplo de como é feito por meio do ajuri, que pode ser realizado em qualquer espaço da comunidade vinculado as questões locais do meio ambiente familiar e comunitário.

Nesta pesquisa, o escopo inicial foi limitado, porém serve para futuras pesquisas como referência no conceito do termo ‘ajuri’. Novos trabalhos de pesquisa nesta mesma



direção devem ser empreendidos, estudos mais aprofundados sobre o processo de ajuri nas comunidades da hinterlândia amazônica. Recomenda-se assim, que em futuras pesquisas sobre o processo de ‘ajuri’ atentem para a definição precisa dos termos utilizados, porque, do contrário, dificilmente se conseguirá gerar um conceito teórico a respeito deste termo.

CONCLUSÃO

O processo do trabalho em ajuri resulta da valorização do acúmulo de saberes adquiridos ao longo da vivência e convivência no ambiente amazônico.

Os participantes do ajuri mostram preocupação com o espaço e o ambiente que os circundam, usam soluções criativas como respostas às demandas materiais dos problemas e soluções do espaço comunitário.

Cujos valores, presentes no processo de ajuri são alicerce para o futuro, como prática tradicional, essencial para o desenvolvimento e melhoria do ambiente comunitário.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria Isabel de. **A conservação ambiental e as atividades antrópicas na RDS Tupé**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão, Licenciamento e Auditoria Ambiental - Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná, Manaus – AM, 2015. 123 páginas.

ARAÚJO, Indramara Lôbo; ARAÚJO, Maria Isabel de; SOUSA, Silas Garcia Aquino de. Ajuri nas florestas: uma prática real. in: Anais do I Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire da Região Norte: **Educação Popular em Debate**. Universidade do Estado do Amazonas. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2016. v.1. 1 CD ROM.

BOURDIEU, Pierre. **Trabalho e projetos**; Esboço de uma teoria da prática; O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais).

ELIAS. Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 75, 1980.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.



_____. **Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. apud DAMÁZIO, Eloise S. Petter. Multiculturalismo versus Interculturalismo: por uma proposta intercultural do Direito. **Desenvolvimento em Questão** Editora Unijuí. ano 6. n. 12. jul/dez 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/308649457/160-593-1-Pbmulticulturalismo-Versus-Interculturalismo>. Acesso em: jun. 2016.

FRAXE, T. de J. P. **Cultura Cabocla-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 11.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MARQUES, Adalton. **“Liderança”, “proceder” e “igualdade”**: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. vol. 14 (2). 2010. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/303> Acesso em: 05.jul.2016.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Práticas socioculturais, figuração, poder e diferenciação em Bico, Cuiamucu e Canela-Fina – Comunidades Amazônicas**. Campinas, SP: [s.n], 2008.

_____. **Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015.

MELLO, Anísio Thaumaturgo Soriano de. **Vocabulário etimológico tupi do folclore amazônico**. Manaus, SUFRAMA, 1983.

PIMENTA, S.G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 31,n. 3,p. 521-539,set./dez.2005

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 107p.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TOZONI-REIS, M.F.C. (Org.). **A Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental**: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume, 2007.

